



NPCFADVOGADOS

FOLHA INFORMATIVA

COVID-19 – Depois do confinamento, em que país e economia têm estado, o que iremos encontrar é a interrogação que nasce quando comunicação social, epidemiologistas e autoridades já falam numa segunda vaga.

Suplantar a crise daquela que podemos já denominar de primeira vaga implicará, necessariamente, para o Governo, e, também, para algumas empresas mais afectadas pela crise que vivemos, que haja recurso a crédito ou ao deferimento temporal das suas obrigações actuais, mas sem despedimentos, o que importará o reembolso das quantias mutuadas tendo por base uma projecção de retorno à actividade.

Diz-se pelo mundo e cá: *Vai ficar tudo bem!*

Mas há perguntas que não podemos evitar fazer. E que temos de ter coragem de as fazer e de tentar responder-lhes. Nesta Folha Informativa, são as seguintes as perguntas que fazemos e às quais daremos uma resposta:



NPCFADVOGADOS

Av. Fontes Pereira de Melo, 6 – 3º dto.
1050 – 121 Lisboa

 www.npcf.pt

 NPCF

O que é que vai ficar tudo bem e, sobretudo, quando?

A presente Folha Informativa consiste numa interpretação consciente de inúmeros dados técnicos, relatórios de entidade oficiais, consultoras internacionais, notícias, dados estatísticos, bem como do conhecimento que a NPCF tem do mercado e da realidade sócio-económica litigante do país e que nos permite realizar um exercício cívico de advocacia preventiva.

De forma despretensiosa, mas focada na realidade dos dados, pretende esta Folha Informativa ser uma ferramenta para que os Clientes e destinatários nominados a usem no seu quotidiano e que a tenham como instrumento de validação do contexto das suas decisões e acções.

Dispensamo-nos de referir a forma como esta pandemia está a afectar e a destruir o tecido económico português. Todos o sabemos. De uma forma geral todos os sectores sofrem, mas as portas de entrada são aquelas que mais dependam da mobilidade.

O país, nos últimos anos 10 a 15 anos, tem vindo de forma crescente a ter uma parte importante do PIB, dir-se-ia em torno dos 15 a 20%, directa ou indirectamente, proveniente do turismo, e entenda-se este de forma abrangente contemplando inúmeros estrangeiros que vieram de forma estável residir em Portugal, ou que até acabaram por investir em *golden visa* ou outras figuras.

Será, então, correcto afirmar-se que um dos mais importantes motores da economia portuguesa foi atingido e acha-se ferido de morte?

Estamos em crer que não.



Mas também estamos em crer que o modelo de desenvolvimento da economia portuguesa irá recuar, pelo menos, 10 anos. Cremos que terá de recuar, forçosamente, ao que era há 10 anos.

Se é verdade que o turismo, e por via dele, o imobiliário voltou a colocar o “betão” como o rastilho do crescimento, embora lhe chamemos consumo interno, o certo é que nestes 10 anos o “betão” deixou de ser um exclusivo elitista de grandes grupos de obras públicas assentes no Estado e passou a ser, primeiro, um vasto grupo de proletários empreendedores, e depois, um vasto grupo de burgueses já treinados e experimentados com duas a três operações por ano, mas sempre micro fragmentado, que colocou o mais nobre dos palácios, e o mais aristocrata dos proprietários em modo de alerta por uma qualquer boa proposta de venda de bens pouco estimados para um Alojamento Local ou até para condomínios residenciais.

Daí até conceitos importados do estrangeiro brotarem como cogumelos na restauração, foi um passo, curto...

Daí até os hotéis reagirem e desencadearem uma “ofensiva bélica” de aberturas em catadupa, com spas, ginásios e conceitos de degustação em revistas de especialidade e blogs de ainda maior especialidade foi outro passo, também, curto...

Quando começamos a ser no turismo mais do que o Sol, a praia e o Algarve; quando começamos a ter turismo urbano no Porto e em Lisboa, e até no interior do país, começamos a ficar quase honrados por termos um vizinho importante na rua, um chinês, um turco, um francês, um sueco ou, às vezes, uma loura, mas de nome Madonna...

Os bairros de Lisboa e Porto transformaram-se em unidades operativas de captação de receita externa.



As ruas empedradas passaram a ser polvilhadas de tuk tuk's, que são uma espécie de “fisga de turistas” tal é o factor catapultivo de trepidação das viagens, ou uma espécie de montanha russa por meio de táxis e eléctricos.

Todo o país em 3 anos, de 2017 a 2020, onde não houvesse oferta tuk tuk havia Navetes de 9 lugares e veículos de aluguer cada vez de segmento superior.

Daí à moda kitsch de Portugal, como ciclicamente acontece com as novas tendências mundiais de haver sempre uma certa motivação étnica acarinhada ou preferida, foi um curto passo. Daí ao Canhão da Nazaré, ao Ronaldo, ao Porto de Cruzeiros de Lisboa, ou às vitaminas de crescimento rápido da Portela e de Pedras Rubras pela EasyJet e Ryanair (infraestruturas com crescimentos médios de 5% ao ano) tudo se passou de forma, brutal, rápida e parecendo imparável.

Portugal estava na moda, tudo em Portugal estava na moda, tudo menos os portugueses que até 2012/2015 mantiveram a actividade económica, comprando casa, casando, tendo filhos, trabalhando, comprando, vendendo, descobrindo novamente a agricultura e produção florestal, gerando receita fiscal com progressiva menor evasão fiscal, etc...

Pode dizer-se, com segurança, que desde 2015 nasceram empresários, empresas, e com elas toda a parafernália característica que o turismo gera, motivou o consumo, e com doses externas de “esteróides financeiros” adoptámos modelos internacionais de ser e estar.

Por incrível que pareça, até ser publicitado um regime simplificado de licenciamento de esplanadas, o país, as cidades, pareciam que não gostavam de esplanadas sem ser como as da Suíça, no Rossio, e da Brasileira, no Chiado.



Depois disso, o país descobriu as esplanadas que explodiram e nasceram espontaneamente dos 2 lugares às dezenas, e a restauração passou a ser o “porto de abrigo de uma enorme mole de massa de emprego sem formação”.

Posteriormente, acabou por se transformar ou evoluir para o seu contrário. Cada caldo verde era um resultado de uma criação de um chef Michelin. Cada pastel de bacalhau um exercício de degustação.

Rapidamente o país começou a ser um país de coisas novas a abrir. Mesmo locais recônditos do interior tinham um autocolante da trip adviser.

O mundo também evoluiu nesse sentido, fruto de três factores: 1- crescimento mundial pós crise 2008; 2- crédito com juros baixos na zona euro e, 3- massificação do turismo interno e externo.

O português médio conhece hoje melhor os picos da Europa que a Ilha do Pico. Conhece melhor as fábricas de cerveja na Holanda, Bélgica e Alemanha, ou as destilarias de whiskey na Escócia do que as Caves do Vinho do Porto, em Portugal.

Em 10 anos realizou-se uma iberização do consumo e da economia em Portugal, com o sector agroalimentar nacional a lutar com economias de escala que Espanha conseguia ditar para o seu universo latino, bem como, com a captura dos serviços médios com escala no sector dos serviços e sector bancário ou segurador e, finalmente, na construção civil e moda.

Nasceram centros comerciais iguais, e com todas as mesmas Zara’s e Massimo Dutti’s, em todas as capitais de distrito e daí prolongaram-se para os concelhos.



O comércio de rua de 2000 a 2015 foi morrendo, e a partir de 2015 foi ressuscitando até atingir aquilo a que fomos assistindo em 2019, início de 2020, em que tudo era actividade porta sim, porta sim.

As grandes superfícies deixaram de ser tão grandes e passaram a ser as mercearias de bairro. Estas surgiram, novamente, em versão excelência (bio ou gourmet), ou em versão fora de horas dos Paquistaneses. Tal como as lojas tipo drogarias, lojas de ferramentas, de pronto a vestir, lojas de plásticos e vassoureiros, passaram ser apenas lojas chinesas, enquanto os talhos e as peixarias, ou até os mercados, passaram a ser escassos e os que existem são mais adaptados ao conceito moderno e turístico de lazer do que de grandes consumos para o consumidor comum.

Por contraposto, alguns sectores cresceram exponencialmente com qualidade, como foi o dos vinhos, enoturismo, e o hoteleiro da vida rural.

Na indústria, têxteis e calçados, ou até no IT e telecomunicações, com o devido funding empresas portuguesas lançaram-se para o mercado externo centrando aí a sua actividade.

O trânsito de portugueses nos aeroportos nacionais assumiu-se com uma quota muito significativa correspondente aos que circulam em trabalho, quando comparada com os que viajavam em lazer, ou turismo.

Nas autarquias os licenciamentos de obras novas, que se contavam pelos dedos das mãos em 2011 a 2014/15, explodiram em 2016, e sobretudo em 2017 e 2018.



Tudo tinha e tem um denominador comum a que chamamos as hormonas de crescimento rápido, os esteroides anabolizantes da economia portuguesa: dinheiro externo, New Money, vistos Gold, chinês, angolano, russo, turco, entre outros, e sobretudo brasileiro.

É fácil pensar que estamos embriagados de valorização se excrescências populacionais desses países decidem apostar em Portugal. A diferença de escalas fez com que Portugal passasse a lidar com uma realidade até aqui desconhecida, como foi a de ser um mercado alvo, um mercado procurado sem se expor e sem ser ele a ter a iniciativa de procurar.

Dir-se-á que após 3 anos de sangria de recursos humanos com valor e de jovens a emigrarem (2012 a 2015), seguiram-se 3 anos (2016 a 2018) de crescente aceleração de crescimento económico assente em tudo o que se referiu *supra*, com imigrações de luxo dos residentes não habituais ou até de residentes habituais, que eram e são essencialmente estrangeiros. Já 2019 foi um ano em que se estava já a entrar em alguns sentimentos característicos do crescimento, com cogitações mais conservadoras que agouravam que isto não ia ser sempre assim, mas sem, no entanto, mudarem o ritmo, nem a velocidade que se tinha tido até aí.

Portugal sentia-se uma espécie de Mónaco, só que maior, com praia, sem iates e sem o anonimato dos que lá habitam, pois gostávamos de acenar com as Madonnas, os Henri Cantonas, e com os outros todos...

Fruto de diversos factores nacionais e internacionais, e de uma estratégia que temos de classificar de brilhante (de Adolfo Mesquita Nunes e António Pires de Lima, respetivamente Secretário de Estado do Turismo e Ministro da Economia do XIX Governo Constitucional) de promoção do país como um todo, ao invés de promoção por regiões, e que em vez de feiras optou por gastar as verbas em artigos e publicações de referência de influenciadores estrangeiros e editoriais de pilares de informação mundial, como o



New York Times ou outros, a actividade económica tornou-se naquilo que evoluiu para o que é hoje, ou era há 3 meses.

Pois bem. Retirem-se 10 anos ao país em termos de maturidade do sector privado, ignore-se o que o país criou nos últimos 5 anos, e coloque-se a actividade económica como aquela que existia em 2012 no início do resgate.

Esse é o país que vamos ter em Junho de 2020.

O país vai continuar a existir. Mas é esse, sem poder ter duas soluções de recurso: 1- emigrar; 2- fazer o mesmo mais barato.

O português vai ter mesmo de aprender que uma piscina em Corroios, no Seixal ou nas Seychelles pode ser igualmente ventosa ou quente; que o Algarve é ainda uma pérola por descobrir e que o velho slogan *vá pra fora cá dentro* ainda faz sentido, ou como o velhinho do tempo dos TLP, *não vá, telefone*.

Tudo vai ser menos do que já foi, os sectores económicos ligados ao factor mobilidade internacional, sobretudo os dependentes da via de acesso aérea, devem definitivamente, assumir que não vai haver normalização nos próximos 9 meses.

Isto é, a normalização do restabelecimento de linhas, porque daí até à massificação da estabilidade estimamos que só em Março, Abril de 2021.

Logo, há que fazer as projeções do consumo nacional que iria ser feito no exterior do país e que irá agora ser feito internamente, o que não é despendendo em valor e montante.



Por outro lado, impõe-se interpretar o que significa toda a economia portuguesa destes sectores parar durante uns meses.

É grave.

Sem dúvida. Porém, somem-se os valores de nomes que sabemos terem sido maus exemplos de cumprimento de obrigações perante a banca e que o Estado, com a ajuda dos contribuintes, teve que injectar de sucessivas formas.

Somem-se a Ongoing, a De la Seda, o Senhor Berardo, os Hotéis CS, a Controlinvest, etc., isto só para citar alguns nomes de titulares de NPL conhecidos, para rapidamente termos o custo de dois meses de segurança social em layoff em virtude da pandemia. Logo, não é assim tão distante de números que conhecemos e fixamos, por isso não será grave se gastarmos esses valores em milhares de pessoas que não conseguimos fixar os nomes.

Note-se que desde 2007, com os apoios públicos a toda a Banca, o Estado gastou 24 mil milhões de euros, portanto com a flexibilização de limites de défice é bem natural que o Estado Português inicie um plano Marshall à portuguesa de investimento público, centrando em si o papel e os recursos que faltarem à economia privada para o fazer.

Os fundos aprovados na UE são já disso um indício seguro de que, pelo menos, irá haver essa margem, contudo, isso não significa resgatar da privação de forma imediata quem nela se encontre, até porque agora também há que contar com as *fake news* a que já nos vamos habituando serem, como diz o povo, *mais as vozes que as nozes*.

Há 10 anos o motor da economia, independentemente de juízos de valor que se façam, era o investimento público.



Se há 10 anos se apregoava que íamos ter a terceira travessia do Tejo, a terceira autoestrada Lisboa-Porto, o TGV, e outras tantas loucuras desnecessárias, estamos em crer que os investimentos nos quais agora se vai apostar serão nas autoestradas digitais, nos cuidados de saúde, na segurança e proteção civil, sobretudo na economia social que vai ficar ainda mais depauperada.

Finalmente, cremos que o investimento será, também, seguramente na transformação do modelo de sucesso de controlo da pandemia numa espécie de trunfo de vendas do país, como uma outrora saudosa Suíça o foi para os capitais sem nome, relógios, chocolates e queijos, mas, neste caso, para o turismo da saúde e bem-estar dos idosos ou seniores, com cheiro a maresia, pois temos queijos mas não temos cacau, e muitos o mais próximo que estarão de ter um relógio é a barriga a dar horas.

Não se duvide que desde cedo são inúmeras as referências elogiosas a Portugal acerca dos seus números e da capacidade do SNS. Sem entrar em classificações ou qualificações, porque muito haveria aí a dizer, o que é certo é que não é por acaso.

Este modelo pode e, de acordo com o nosso sentimento, é o que irá no futuro próximo dar dividendos à economia portuguesa, pois as cifras negras que se verificam na Europa são essencialmente nos centros urbanos e nos espaços de terceira idade.

A verdade é que a nossa estrutura social, mutualista, de misericórdias e ipss, deu e está a dar melhor resposta do que as suas congéneres espanholas, francesas, italianas, etc.

A verdade é que as autarquias em Portugal estão a dar melhor exemplo do que as suas congéneres europeias, e a oposição nacional está também a fazer melhor o seu papel do que as suas congéneres da UE.



Estamos em crer que é isto mesmo que irá ser vendido como factor diferenciador do nosso país, sendo certo que o “chefe de vendas ou director comercial”, chame-se o que se entender na alegoria em cena ao primeiro ministro português, terá oportunidade de fazer desfilarem o portefólio o mais próximo possível junto de quem nos pode ajudar, ajudando, assim, também a Europa.

O certo é que de 1 de Julho até 31 de Dezembro de 2020 a Alemanha irá assumir a Presidência da União Europeia, e de 1 de Janeiro de 2021 a 30 de Junho de 2021 será a vez de Portugal.

Ora, o que não falta à Alemanha em experiência em reerguer-se, após duas guerras e uma reunificação, a Portugal sobra em capacidade de liderar politicamente agendas, com ou sem Eurogrupo, e sem dinheiro, pois temos reconhecida experiência desde o século XV em políticas de transporte de valor de onde há para onde ele é preciso sem pelo caminho deixar inimigos.

Fizemos igualmente uma extraordinária recuperação de imagem e somos agora os fiordes do sul da Europa.

Pois bem.

O que vai voltar ao normal é ou são os sectores desprezados até à data. Como são:

Saúde, SNS, prestadores privados, farmácias etc;

Justiça e profissões jurídicas, ferramentas essenciais para sabermos navegar nas inúmeras regras criadas e inúmeras situações de incumprimento e alterações de circunstâncias;

Construção civil nova e reabilitação, como fonte de emprego e de negócio na venda, retirando ou esvaziando o conceito de promoção imobiliária, pelo menos durante uns meses, acalmando o mercado em todos os sentidos;



Economia social, com o endeusamento de actos heróicos de muitos que integram estas instituições por contraposto a modelos profissionais e fracassados na Europa, conquanto se ajude a sanear o seu endividamento;

Sector educativo no seu todo, e com o eliminar da contestação da classe e a violência nas escolas, já que deixam de ter alunos e professores;

Todas as áreas do IT;

Finalmente, o turismo interno voltará a ganhar dimensão para os portugueses e ganhará dimensão internacional;

Sector financeiro ganhará credibilidade e valorização aos olhos dos clientes e, por outro lado, conhecerá melhor a sua carteira de clientes feita esta apreciação da sua realidade;

Profissões e actividades tradicionais, do barbeiro ao pequeno comércio simples assumirão relevância e dignidade;

Restauração e negócio da noite irão perder o balanço que tinham em número e variedade;

A população em geral dividir-se-á em dois grandes grupos, metade que sabia cozinhar aprendeu a pedir *take away* e a metade que só comia fora e *take away* aprendeu a cozinhar;

Haverá uma relevante alteração de hábitos de consumo;

As grandes perdas e mais duradouras, serão a hotelaria, o ramo automóvel e a aviação, na vertente de transporte regular, para estas este será um ano para esquecer, sendo que seguramente o ano de 2021 ainda terá este enquadramento ou pior se existir uma segunda vaga do vírus;

Só com contágio zero, ou imunidade 100% deixaremos de ter a situação vertente;

Cura ou vacinas, não influenciam o conceito de ficar tudo bem. Só pelo contágio zero e imunidade 100% vai ficar tudo bem;

Trabalho aéreo e carga aérea serão francamente favorecidos e um oásis no segmento do sector da aviação;

Naturalmente que admitimos que o novo aeroporto de Montijo se mantenha como opção, mas não excluimos a sua irremediável paragem por motivos de mercado;



Sector petrolífero irá em definitivo deixar de ser o que era para as economias, o acordo de Paris acabou por ser implementado à força e daqui em diante as energias renováveis irão ganhar vantagem, até porque constituem uma forma também relevante de reconversão de economias agora paradas;

A indústria nacional irá redescobrir o mercado interno;

A adaptação de equipamentos e espaços à realidade de afastamento social irá dar bastante trabalho a pequenas e médias empresas;

Centros comerciais e grandes espaços onde se aglomeravam pessoas terão a vida complicada;

Espaços e recintos desportivos têm igual sorte;

Actividade e marketing digital terão um enorme crescimento, exponencial até, quanto à imprensa escrita e jornais parece ser o princípio do fim da sua sustentabilidade económica;

De uma forma geral a sociedade irá avaliar criteriosamente o custo do espaço, o público, o escritório, a casa, o preço do confinamento, o preço do metro quadrado, o preço das forças públicas, o preço do civismo.

Quando isto terá tudo efeito?

Essa é resposta mais fácil.

Dia 10 de Junho de 2020.

Os órgãos de soberania, Presidente e Primeiro Ministro, estão a dar sinais entendíveis de uma forma geral de que Maio será a preparação do dia de Portugal, e seguramente marcar-se-á nesse dia a página do fim do princípio, viu-se isso pela qualidade da elevação da evocação do 25 de Abril por parte do Presidente e por todos os actos que estamos a ver desenrolar-se.



Abril fez ganhar Maio, e o mês de Junho fará jus à consagração do espírito de sacrifício e do orgulho de ser português, no dia de Camões, de Portugal e das Comunidades portuguesas, pois recorde-se:

As armas e os barões assinalados,
Que da ocidental praia Lusitana,
Por mares nunca de antes navegados,
Passaram ainda além da Taprobana,
Em perigos e guerras esforçados,
Mais do que prometia a força humana,
E entre gente remota edificaram
Novo Reino, que tanto sublimaram

Esta é a nossa visão dos factos e do futuro. Haverá melhores, mas esta é a nossa.

Desafiamos cada um a recordar como era a sua e a nossa vida no dia 27 de Abril de 2010, pois é nossa convicção que essa será a realidade do nosso próximo amanhã.

Este é o cenário. Cada actividade, cada empresa, cada pessoa não deve esperar realidade diferente e deve nortear a sua postura e vida com aquilo que é este pedaço de realismo preventivo.

Lisboa, 27 de Abril de 2020

Elaborada por:

Nuno Pinto Coelho de Faria

nuno.pinto.coelho.faria@npcf.pt



NPCFADVOGADOS

Av. Fontes Pereira de Melo, 6 – 3º dto.
1050 – 121 Lisboa

 www.npcf.pt

 NPCF